

Resumo

No presente artigo aborda-se a inter-relação dos pescadores camponeses com o sistema capitalista de produção e a importância da cultura como meio para a real sustentabilidade da pesca e, por conseguinte, dos recursos pesqueiros amazônicos. Apontando políticas públicas que envolvam as comunidades ribeirinhas, como de fundamental importância para uma economia ecológica.

Palavras-chaves: Recursos Pesqueiros, Sustentabilidade, Cultura, Amazônia. Políticas Públicas.

Abstract

In this article we explore the interrelationship of the peasants with fishermen the capitalist system of production and the importance of culture as a means to the actual sustainability of fisheries and therefore the resources Amazonian fish. Involving public policies involving the riverine communities, as crucial for an ecological economics.

Keywords: Fisheries Resources, Sustainability, Culture, Amazon. Public Policy.

1. Introdução

A classe camponesa se caracteriza pelo domínio dos meios de produção, pela utilização da força de trabalho familiar e pela produção voltada para a satisfação das necessidades familiares. Os camponeses têm ainda uma parte de sua produção direcionada para o mercado, este é utilizada para comprar produtos que não são gerados no âmbito dos seus lotes. Destarte, a racionalidade camponesa é formada principalmente por um encadeamento entre cultura e modo de vida, porque é através da cultura que se entende como os sujeitos sociais delimitam, transformam, vivenciam e territorializam os espaços geográficos, que acabam recebendo uma identidade resultante da cultura e da ideologia que são intrínsecos a esses sujeitos sociais.

Alguns autores acreditam que com o desenvolvimento do capitalismo em todos os circuitos e em todas as escalas haveria uma conseqüente diminuição que

faria com que os camponeses desaparecessem como diz Engels (1981) “*O desenvolvimento da forma capitalista de produção rompeu o nervo vital da pequena exploração na agricultura; a pequena exploração agrícola está decaindo e marcha irremediavelmente para a ruína*”. Mas, isso é controverso, visto que os camponeses criam resistências, principalmente ao (res)significar seu modo de vida e produção lutando contra o modelo capitalista imposto pelo sistema.

Até a segunda metade da década de 1950 vários termos eram usados para identificar o pequeno produtor rural - matuto, caipira, rurícola, colono, lavrador etc, menos camponês. Este tem, historicamente, ficado a margem dos processos sociais e político e por isso, guarda entre os intelectuais e políticos um sentido duplo e de cunho pejorativo indicando atraso, submissão política e miséria como ficou claro nos estudos clássicos de Lênin e Kautsky. (LIMA, 2009)

Contudo, a força da tradição, e a persistência quanto à mudança são pontos de indagação antropológica. Neste contexto, Wolf (1974), reafirma a importância de serem estudadas as populações camponesas.

O mundo camponês é ameaçado pela sociedade mais ampla, o que está realmente em jogo é a sua própria existência (SHANIN, 1979 apud OLIVEIRA, 2001).

O campesinato possui particularidades que os diferenciam notavelmente dos capitalistas, pois essa classe não tem como objetivo a acumulação de capital e a concentração de renda e também não se desenvolve por meio da exploração do trabalho alheio. Essas particularidades que fazem parte do modo de vida camponês é uma forma de racionalidade construída por um conjunto de pessoas, que aqui vou denominar de “pescador camponês”, pois temos como discussão chave, a pesca, como importante atividade na Amazônia, e onde a maior parte da população depende para compor pelo menos, uma parte de sua renda anual (GENTIL 1988, McGRAHT *et al.* 1993a apud McGRATH, 1998).

Estima-se que a pesca amazônica envolve cerca de 230.000 pescadores, sendo a grande maioria moradores de várzea (BAYLEY & PETRERE 1989, FURTADO, 1990).

Segundo Cerdeira et al. (1997) e Batista et al. (2004), as taxas de consumo de pescado na Amazônia são as maiores do mundo, com média estimada em 369 g/ pessoa/ dia ou 135 kg/ ano, chegando a cerca de 600 g/ dia ou 22 kg/ pessoa/ ano em certas áreas do baixo rio Solimões e alto Amazonas, constituindo-se na principal fonte de proteínas para as essas populações.

A exploração pesqueira tradicional amazônica é a pesca de subsistência, atividade cotidiana praticada artesanalmente pelos pescadores, e vulneráveis à dinâmica do ritmo das enchentes e vazantes. Os “pescadores camponeses” atuam em complexos sistemas aquáticos, situados usualmente a menos de uma hora de sua moradia. Eles se deslocam em canoas a remo, levando seus apetrechos de pesca chamados, no Amazonas, de “utensílios de pesca” e no Pará de “arreios de pesca”. Nessas comunidades, a pesca se dá em viagens curtas, que duram de quatro a oito horas. As famílias consomem em torno de 600 kg/ano, e o excedente pode variar entre 1.000 kg e 3.000 kg/ano. (PROVÁRZEA/IBAMA, 2007)

O próprio processo de colonização dessa região, desencadeado a partir dos séculos XVII e XVIII e centrado ao longo da calha do Solimões/ Amazonas e de seus principais tributários é, em certa medida, o reflexo da importância dos rios e dos recursos pesqueiros na vida deste camponês da Amazônia. Mesmo em épocas mais remotas, há cerca de oito mil anos, quando a região era explorada apenas pelos índios, os peixes já se constituíam em recursos naturais importantes para a manutenção das populações humanas (MEGGERS, 1977; ROOSEVELT et al., 1991 apud SANTOS, 2005).

Segundo Smith, (1979) os principais aparelhos de pesca empregados desde os indígenas eram arco e flecha, embora anzóis rudimentares e redes confeccionadas com fibras vegetais já fossem usados por tribos que habitavam a região do Araguaia, no centro-oeste brasileiro. Uma importante ruptura dos padrões tecnológicos da pesca amazônica ocorreu entre os anos de 1950 e 1970, com a introdução de aparelhos de alta capacidade de captura, feito com fibras de nylon, uso de motores a diesel nas embarcações de pesca, aumento na fabricação de gelo e expansão da pesca comercial, incentivados por planos governamentais. Outro momento de extraordinária expansão

se deu também em meados da década de 1970, com o colapso das plantações de juta, ocasionado pela introdução de fibras sintéticas (PEREIRA, 2004).

Praticamente todas as famílias interioranas participam da atividade pesqueira, assim, a pesca na Amazônia não é somente uma atividade comercial ou fonte de renda e alimentação, mas uma expressão cultural de suma importância, embora raramente seja abordada em trabalhos técnicos, de cunho eminentemente estatístico. (SANTOS, 2005). O termo subsistência como afirma Muth (1996), pode ser empregado para caracterizar o uso tradicional e cotidiano de recursos pesqueiros por formações sociais dependentes do recurso, incluindo grupos familiares, pequenas vilas, subestruturas étnicas e outras estruturas sociais de pequeno porte. A dependência deste recurso inclui sobrevivência física, manutenção de culturas tradicionais e a própria persistência desta estrutura social.

Esse trabalho teve como objetivo discutir o modo de vida do pescador camponês da Amazônia, sua relação com o capital, a sustentabilidade dos recursos pesqueiros, apontando políticas públicas que envolvam as comunidades ribeirinhas, como de fundamental importância para uma real economia ecológica.

Métodologia

Este artigo se propôs a realizar, uma revisão bibliográfica e uma leitura analítica, com o método dedutivo. Inicialmente, fez-se um levantamento histórico referente aos recursos pesqueiros na região amazônica em literatura de órgãos (federais e estaduais) competentes. Em seguida discute-se sobre o modo de vida camponês, a cultura como ponto fundamental para uma real sustentabilidade dos recursos pesqueiro. Utilizaram-se os materiais produzidos pelos consultores do Projeto Pro Várzea como base para destacar políticas públicas, como de fundamental importância para minimizar os conflitos existentes, de forma a promover uma real aplicabilidade destas políticas.

1.1 A História da Pesca e o Manejo

Com a colonização européia, as várzeas dos rios foram habitadas por “caboclos”, que nelas praticavam suas atividades de subsistência e/ou econômicas. Tradicionalmente, a pesca funciona como uma atividade complementar, integrada às demais atividades da economia familiar. Em pequenas roças, os caboclos plantam mandioca, milho, arroz, feijão ou frutas. Ainda hoje se mantêm essa prática e complementam a atividade agrícola com a caça, a criação de pequenos animais e a pesca. (PROVÁRZEA/IBAMA, 2005).

Da época colonial até a década de 1910 verifica-se a preocupação das autoridades em preservar os recursos e evitar o uso de técnicas predatórias de pesca por intermédio de várias normas com caráter de lei. Nesse período, que poderia ser chamado de “pré-legislativo”, destacam-se dispositivos que proibiam a pesca com venenos, tapagens e currais de pesca em rios e lagos (TORRES et al., 1995 apud LEONHARDT, 2006). As comunidades ribeirinhas mantinham normas de controle da exploração dos recursos aquáticos, as quais faziam parte da sua tradição (FURTADO, 1988). Até o início da década de 1960 a Amazônia era uma região geográfica e economicamente isolada. A abertura de estradas, como a Belém-Brasília, e a implantação, pelo governo militar, do programa “Operação Amazônica” estimulou um novo processo de colonização. As ações visando ao “desenvolvimento econômico” regional incluíam a construção de vias de comunicação, a urbanização ao longo das principais rodovias, a ocupação militar de fronteiras e um programa de incentivos fiscais e de linhas de crédito que atraiu capitais nacionais e internacionais para a região (KITAMURA, 1994 apud CARNEIRO, 2000). Nessa época é criada a Superintendente do Desenvolvimento da Pesca – Sudepe, que institucionaliza a atividade pesqueira em todo o país. Esta instituição ficou encarregada de formular, executar e coordenar a política e as ações de pesquisa e ordenamento da exploração pesqueira na plataforma submarina.

O período entre 1960 e 1988 caracteriza-se como uma etapa de significativo crescimento e expansão de todas as atividades produtivas na Amazônia. Apesar de

não ser dirigida prioritariamente para a pesca, essa política promoveu significativas mudanças na atividade pesqueira. É neste contexto histórico que surge a Lei Federal nº 5.174, de outubro de 1966, que concedeu incentivo fiscal a empreendimentos na jurisdição da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – Sudam, e o Decreto-Lei Federal nº 221, 28 de fevereiro de 1967, que dispunha sobre a “Proteção e Estímulo à Pesca e outras Providências”. Esta última visava incentivar, por meio de benefícios fiscais, a estruturação da indústria pesqueira, cujo crescimento estava defasado em comparação com outros setores da economia nacional (RUFFINO, 2005)

Na segunda metade da década de 1980 estes incentivos fiscais perderam a sua validade e não foram renovados. Os erros de planejamento levaram o país a uma situação insustentável do ponto de vista financeiro. Não era mais possível arcar com isenções. Justamente nesse período começaram a ser observadas quedas significativas nas capturas de alguns estoques de peixes tradicionalmente explorados. A captura da pesca industrial da piramutaba no estuário, que atingiu 20 mil toneladas em 1977, caiu para 15 mil toneladas em 1987, chegando às 10 mil toneladas (TORRES et al., 1995 apud LEONHARDT, 2006) Nas águas continentais, os desembarques em Manaus demonstram uma tendência similar para as espécies mais exploradas comercialmente. Os volumes de pirarucu (*Arapaima gigas*) caíram de 1.140 toneladas em 1979, para 364 toneladas em 1986. Atualmente, o pirarucu no estado do Amazonas encontra-se com sua pesca proibida por 5 anos. O tambaqui (*Colossoma macropomum*), que representava 45% do pescado desembarcado nesse porto em 1976, perde importância, passando para menos de 10% do total em peso em 1982 (SUDEPE, 1988). O governo em 1989 cria o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama, que começa uma nova fase na preservação de recursos pesqueiros na Amazônia, sendo de grande importância para a pesca na região. Contudo devido ao imenso complexo de rios, igarapés, lagos, canais e furos nos quais abriga cerca de 20% de toda água doce da terra, Segundo Melack (1984), na parte central da bacia, incluindo apenas o sistema Solimões/ Amazonas e seus principais tributários, ocorrem cerca de oito mil lagos, correspondendo a cerca

de 11% dos 62 mil km² de planícies inundáveis, não se tem uma fiscalização efetiva contra os diversos problemas que atingem a região.

Mesmo com toda a fartura existente na bacia amazônica, a diminuição de alguns estoques pesqueiros da região já é fato bastante conhecido, tanto pela redução da quantidade como do tamanho de algumas espécies. O pirarucu e o tambaqui são claros exemplos disso. (CRAMPTON, 1999) chama a atenção para o fato de que um grande número de espécies raras ou mesmo endêmicas possa estar sendo explorado na pesca de peixes ornamentais, em níveis acima da capacidade de suporte e, portanto, com sérias ameaças aos estoques naturais (SANTOS, 2005).

O caráter artesanal da pesca se verifica tanto na forma de subsistência quanto na comercial, independentemente se o pescado se destina aos grandes centros populacionais da pesca desregulada na Amazônia, o que vem causando muitos problemas para a região. O principal deles é a diminuição da quantidade de peixes nos rios e lagos, com resultados muito negativos para as comunidades ribeirinhas, que têm no peixe a sua principal fonte de sobrevivência. Além disso, com a diminuição dos recursos pesqueiros, aumentou os conflitos sociais entre pescadores, fenômeno conhecido como a “guerra do peixe” (PROVÁRZEA, 2003).

Uma das alternativas para se manter os recursos pesqueiros na região é o manejo, porém este continua sendo extremamente difícil. As causas são variadas, podendo-se destacar dentre elas a grande diversidade da ictiofauna e dos hábitos dos peixes, a grande variedade dos aparelhos e métodos de pesca, o enorme contingente de pescadores e a complexidade da bacia hidrográfica, sendo uma alternativa adotada para a preservação das espécies de peixes o chamado modelo comunitário de manejo. Este tem sido foco de bastante atenção nos últimos quinze anos, especialmente entre antropólogos e outros cientistas sociais (MCCAY & ACHESON, 1987; BERKES, 1989; CHERNELA, 1985; CORDELL & MCKEAN, 1986; STOCKS, 1987; MCGOODWIN, 1990). Embora desprezado durante muito tempo por não ser científico e, portanto, incapaz de aproveitar o potencial produtivo do recurso pesqueiro, o modelo comunitário está ganhando respeito entre pesquisadores e administradores de pesca, principalmente devido à crise que muitas regiões

pesqueiras estão enfrentando (MCGOODWIN, 1990; FAIRLIE ET AL. 1994; MATHEWS, 1994 APUD McGRATH, 1998).

Nesse modelo, a fiscalização é principalmente uma responsabilidade da comunidade ou dos membros do grupo de usuários local. A organização comunitária normalmente recebe pelo menos um apoio do órgão governamental local responsável pelo manejo pesqueiro. Um grupo específico de pescadores, membros de uma ou mais comunidades, ou de alguma organização coletiva, controla o acesso e o uso de um território pesqueiro bem definido. As regras regulando o uso do recurso pesqueiro são definidas por membros da comunidade ou do grupo de usuários local, com níveis variados de participação de outras instituições.

O manejo comunitário da pesca é baseado em acordos comunitários denominados “acordos de pesca” que especificam as medidas a serem tomadas e as sanções a serem usadas contra infratores. Em geral, estes documentos são elaborados em reuniões comunitárias e assinados pelos presentes que estão em concordância. O documento é escrito em forma de petição, com as assinaturas anexadas, e é apresentado ao IBAMA, à colônia de pescadores e às autoridades municipais para o reconhecimento formal. Entretanto, este reconhecimento não implica em apoio legal, mas serve para legitimar o acordo aos olhos da comunidade, provendo apoio, mesmo não legal, para as ações de fiscalização dos acordos.

O principal objetivo dos acordos de pesca é estabilizar ou reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros locais. Esses acordos normalmente tentam atingir esse objetivo indiretamente através de restrições aos apetrechos de pesca e à capacidade de armazenamento, em vez de delimitar diretamente o tamanho da captura. Além de regular a atividade pesqueira, acordos de pesca freqüentemente incluem medidas que pretendem conservar habitat considerados importantes para a população de peixes dos lagos. (McGRATH, 1998).

1.2 O “Pescador camponês” da Amazônia

O camponês possui uma racionalidade que lhe é intrínseca, Jean Hébertte (2004) descreve com exatidão esse fato quando afirma que “*na sua racionalidade, o*

pequeno agricultor não considera apenas o preço que vai receber do seu produto, mas o que ele vai poder adquirir (mercadorias e serviços) com esse preço. È o que acontece com os “pescadores camponeses” nas trocas de mercadorias e nas relações com seus parceiros, vizinhos, e parentes.

Os camponeses possuem uma heterogeneidade que reflete e é refletida nas relações sociais, por esse motivo Shanin (1980) afirma que “*a heterogeneidade dos camponeses é indubitável*” e que para fazer uma análise mais completa temos que entender essa classe dentro de sua “*estrutura societária mais geral*”, por isso na pesquisa em andamento utilizo o termo “pescador camponês” para descrever as características gerais que são intrínsecas a esses sujeitos sociais.

Marta Marques (2004, p. 148), oriunda da geografia agrária, vai reforçar a perspectiva culturalista e a centralidade da comunidade ao definir [...] o modo de vida camponês como um conjunto de práticas e valores que remetem a uma ordem moral que tem como valores nucleantes a família, o trabalho e a terra. Trata-se de um modo de vida tradicional, constituído a partir de relações pessoais e imediatas, estruturadas em torno da família e de vínculos de solidariedade, informados pela linguagem de parentesco, tendo como unidade social básica a comunidade (SILVA, 2007).

Já Carlos Brandão (2004), seguindo os passos de Woortmann (1990), vai trazer a noção de campesinidade como um *éthos*, uma identidade, uma sociabilidade, um modo de ser na relação com a natureza, que contém uma certa universalidade e que percebemos presente em vários cantos do mundo, permanecendo mesmo no interior de muitas pessoas que se tornaram urbanas.

Chayanov (1981) reconhece, então, uma natureza não-capitalista na economia camponesa e, embora não se possa encaixá-lo na vertente culturalista, enxerga uma relação entre esforço produtivo, economia camponesa e necessidades definidas pela cultura.

Diante desse contexto e da importância da pesca na vida destas populações amazônicas, alguns autores defendem a idéia de que os “pescadores camponeses” não irão desaparecer porque possuem um modo de vida capaz de frear o desenvolvimento capitalista. Na pesquisa em andamento buscamos também entender e analisar esses

“pescadores camponeses” dentro de seu contexto cultural, devido à importância da cultura no modo de vida camponês.

Paul Claval (2007) retrata a importância da cultura como mecanismo formador de uma organização social quando diz que *“a maneira pela qual as tarefas são preenchidas e a organização necessária para consegui-lo são fortemente marcadas pela cultura”*.

Eder Sader (1988) em relação à influência da cultura na estrutura societária afirma que *“a constituição histórica das classes depende da experiência das condições dadas, o que implica tratar tais condições no quadro das significações culturais que as impregnam”*. Essas condições podem ser objetivas ou subjetivas e variam conforme os sujeitos sociais envolvidos.

Importante que se frise como diz Souza e Gomes (2008) que *“apesar da interação com o meio externo, este produtor não aceita ter suas ações controladas e ditadas do exterior”*, pois os pescadores camponeses ao comercializarem com o mercado não modificam o seu modo de vida porque não adotam as ações extrínsecas a eles.

1.3 Sustentabilidade e a vida dos Pescadores

A apropriação do meio ambiente por parte da natureza gera uma falsa consciência ambiental: o que importa é a preservação do meio sem o homem. As relações sociais, as exclusões, as diversidades culturais, não pertenceriam ao meio ambiente. O confronto/diálogo homem-natureza da atualidade introduz no cenário a necessidade de uma “sustentabilidade socioeconômica” (FREITAS, 2006) alicerçada em um novo modelo de desenvolvimento que considere as características sociais, culturais e os conhecimentos tradicionais dos povos que habitam a Amazônia.

Gadotti (2000) proclama uma Pedagogia da Terra e uma educação sustentável, ampliando o conceito de sustentabilidade que permeia todas as instâncias da vida e da sociedade: "Para além da sustentabilidade econômica, podemos falar de uma sustentabilidade ambiental, social, política, educacional, curricular, etc. O conceito é visto aqui muito mais a partir dos seus pressupostos éticos do que econômicos" (p.

35).

Outros autores, como (DELUIZ E NOVICKY 2004 apud FERREIRA, 1996) ao relacionarem trabalho e desenvolvimento sustentável apontam uma sustentabilidade democrática, baseada nos princípios de justiça social, democracia, equidade.

Jacobi (2004) afirma que a sustentabilidade é um novo critério básico e integrador o qual precisa estimular as responsabilidades éticas. A noção de sustentabilidade remete, pois, a uma relação de justiça social, qualidade de vida, equilíbrio ambiental e a ruptura com o atual padrão de desenvolvimento, onde se articulam natureza, técnica e cultura.

A pesca na Amazônia tem um caráter artesanal e o peixe representa a principal fonte de proteína para consumo humano, particularmente das populações que habitam as margens dos rios e lagos da região. O consumo per capita de pescado nas cidades de Manaus e Itacoatiara, por exemplo, foi estimado entre 100e 200 g/dia na década de 70 e mais recentemente outros autores indicam que as populações rurais as margens dos rios consomem cerca de 500 g/dia. (PROVÁRZEA, 2005).

Ao considerarmos estes números, que já são altos, estimam-se que na realidade a pesca na Amazônia chega-se a números muitos mais elevados que não constam em históricos de literatura, é necessário pensar em sustentabilidade deste precioso recurso ambiental utilizado sobretudo, pelos “pescadores camponeses” como fazendo parte de seu modo de vida e que influência diretamente na sua identidade e nas suas relações sociais.

Para Carvalho (1994), as condições básicas da sustentabilidade estariam baseadas em quatro critérios gerais que podem ser estabelecidos como necessários e indispensáveis: Adaptabilidade – critério segundo o qual as ações humanas sobre o meio deveriam ser de tal forma que pudesse permitir a recomposição integral desse meio; Diversidade, equidade e incerteza – estabelece que quanto maior for a diversidade interna de um sistema, mais sustentável este sistema pode ser. Essa mesma diversidade permite uma maior complexidade das relações de trocas e simbioses entre os elementos, favorecendo a equidade entre os indivíduos sócio-

biológicos. A incerteza seria, portanto, resultante da adaptabilidade e da equidade garantida pela diversidade, afetando a dinâmica interna do sistema e tornando-o não previsível. A não previsibilidade impediria o controle por agentes internos ou externos, favorecendo a adaptabilidade contínua.

Nesse último aspecto, os pescadores camponeses apresentam traços fortes da cultura amazônica, na sua maioria vivem da caça e da pesca, apesar de terem uma forte influência da cultura urbana por meio da televisão, do rádio e até por estarem muito próximos à cidade. O peixe tem ainda um papel cultural muito importante na vida destes atores, desde as crianças aos mais idosos e o modo como esses vêem a realidade ao seu redor.

É a cultura dos “pescadores camponeses” que transforma a floresta e os rios pelos símbolos que a cria e lhes adapta à sua realidade. O contato que o “caboclo” tem com a floresta lhe permite criar símbolos para explicar alguns fenômenos naturais, surgindo assim, os mitos e as lendas da Amazônia, isso inclui a pesca. Loureiro (1995, p. 26) entende que: *“O homem amazônico, o caboclo busca desvendar os segredos de seu mundo, recorrendo predominantemente aos mitos e à estetização”*.

Todos nós fazemos parte de uma cultura. Ao negar-se esse fato nega-se a própria existência. Melo (2004, p. 29) entende que “A cultura é tudo aquilo que o homem transforma superando o que é dado pela natureza”. Contar história de geração a geração sobre os peixes e o modo de pesca, sobre mitos, lendas é falar sobre histórias produzidas pelo imaginário popular e que pode falar muito da cultura de uma população.

Quando se fala em cultura, se pensa na sustentabilidade de uma região. A *Cultura Ecológica* é definida por Leff, 2009 como:

“Um sistema de valores ambientais que reorienta os comportamentos individuais e coletivos, relativamente às práticas de uso e recursos naturais e energéticos, promovendo a vigilância dos agentes sociais sobre os impactos ambientais e os riscos ecológicos, a organização da

sociedade civil pela defesa de seus direitos ambientais e a participação das comunidades na autogestão de seus recursos naturais.”

2. Resultados Parciais

A pesca vive uma crise marcada pela ingerência do homem no meio ambiente, desrespeitando os limites impostos pela natureza, visando à busca de um poder econômico e esquecendo-se do fator primordial: a preservação das espécies e de um meio ambiente sustentável para as gerações presentes e futuras.

A conservação dos recursos pesqueiros não deve ser uma atribuição apenas dos que participam diretamente da pesca, mas de todos os atores envolvidos na atividade, desde pecuaristas, industriais, consumidores, Poder Público e sociedade em geral. Isso significa que a gestão dos recursos pesqueiros deve estar inserida na formulação de novas políticas públicas para o setor.

Neste contexto, os esforços das comunidades ribeirinhas em administrar a pesca local representam uma alternativa promissora para o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. Faz-se urgente que políticas sociais possibilitem a formação de uma rede de apoio, que assegure um desenvolvimento sustentável e impeça a continuidade da crise vigente. Para alcançar essas populações, as ações do poder público precisam ser implementadas de modo integrado para possibilitar a inclusão social dos pescadores, sobretudo dos ribeirinhos, por meio da viabilização de políticas sociais para a melhoria das condições de trabalho e vida.

3. Considerações Parciais.

Para a compreensão da existência contraditória entre relações capitalistas e não-capitalistas no campo e da existência dos elementos da produção camponesa é necessário um olhar crítico do sistema imposto hoje e no entendimento da “produção” usando-se o de conceito de Marx (1977).

O caráter artesanal da pesca se verifica tanto na forma de subsistência quanto na comercial, independente se o pescado se destina aos grandes centros populacionais da pesca desregrada na Amazônia, o que vem causando muitos problemas para a região. O principal deles é a diminuição da quantidade de peixes nos rios e lagos, com

resultados muito negativos para os “pescadores camponeses”, que têm no peixe a sua principal fonte de sobrevivência.

Uma das alternativas para se manter os recursos pesqueiros na região é o manejo, porém este continua sendo extremamente difícil. As causas são variadas, podendo-se destacar dentre elas a grande diversidade da ictiofauna e dos hábitos dos peixes, a grande variedade dos aparelhos e métodos de pesca, o enorme contingente de pescadores e a complexidade da bacia hidrográfica, sendo uma alternativa adotada para a preservação das espécies de peixes o chamado modelo comunitário de manejo. Embora desprezado durante muito tempo por não ser científico e, portanto, incapaz de aproveitar o potencial produtivo do recurso pesqueiro, o modelo comunitário está ganhando respeito entre pesquisadores e administradores de pesca, principalmente devido à crise que muitas regiões pesqueiras estão enfrentando.

Nesse modelo, a fiscalização é principalmente uma responsabilidade da comunidade ou dos membros do grupo de usuários local. A organização comunitária normalmente recebe pelo menos um apoio do órgão governamental local responsável pelo manejo pesqueiro. Um grupo específico de “pescadores camponeses”, membros de uma ou mais comunidades, ou de alguma organização coletiva, controla o acesso e o uso de um território pesqueiro bem definido. As regras regulando o uso do recurso pesqueiro são definidas por membros da comunidade ou do grupo de usuários local, com níveis variados de participação de outras instituições.

Analisar o modo de vida campesino dos pescadores resulta em compreender as diferentes vertentes teóricas e sua aplicabilidade nas relações sociais vistas no campo. Os “pescadores camponeses” vivem uma crise marcada pela ingerência do homem no meio ambiente, desrespeitando os limites impostos pela natureza, visando à busca de um poder econômico e esquecendo-se do fator primordial: a preservação das espécies e de um meio ambiente sustentável para as gerações presentes e futuras.

A conservação dos recursos pesqueiros não deve ser uma atribuição apenas dos que participam diretamente da pesca, mas de todos os atores envolvidos na atividade, desde pecuaristas, industriais, consumidores, poder público e sociedade em geral. Isso significa que a gestão dos recursos pesqueiros deve estar inserida na

formulação de novas políticas públicas para o setor.

Neste contexto, os esforços das comunidades camponesas em administrar a pesca local representam uma alternativa promissora para o desenvolvimento sustentável da pesca na Amazônia. Faz-se urgente que políticas sociais possibilitem a formação de uma rede de apoio, que assegure um desenvolvimento sustentável e impeça a continuidade da crise vigente. Para alcançar essas populações, as ações do poder público precisam ser implementadas de modo integrado para possibilitar a inclusão social dos “pescadores camponeses” e de sua cultura, técnicas e saberes, por meio da viabilização de políticas sociais para a melhoria das condições de trabalho e vida destes agentes.

3. Referências Bibliográficas

BATISTA, V. S.; ISSAC, V. J. e VIANA, J. P. “**Exploração e manejo dos recursos pesqueiros da Amazônia**”. Em RUFINO, M. L. (ed.). **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia brasileira**. ProVárzea. Manaus, Ibama, 2004, pp. 63-152, 268 p.

BRANDÃO, Carlos R. **Sobre a tradicionalidade rural que há em nós**. In: OLIVEIRA, Arioaldo U.; MARQUES, Marta I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 121-131.

CANDIDO, Antonio. **Os Parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. São Paulo: Editora 34, 2003.

CARNEIRO, Marcus Henrique. **A sustentabilidade das atividades de aquicultura e pesca**. Instituto de Pesca/APTA/SAA Sér. Relat. Téc. N. 03. 2000

CARVALHO, Horácio M. **Padrões de sustentabilidade: uma medida para o**

desenvolvimento sustentável. Belém-PA. 1994.

CHAYANOV, Alexander V. **Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas.** In: SILVA, J. Graziano; STOLKE, V. (Org.). **A questão agrária.** São Paulo: Brasiliense, 1981. p. 133-166.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

CRAMPTON, W. G. R. “**Plano de manejo preliminar para o uso sustentável de peixes ornamentais na Reserva Mamirauá**”. Em QUEIROZ, H. L. e CRAMPTON, W. G. R. (eds.). **Estratégias de manejo para recursos pesqueiros na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá.** Brasília, MCT-CNPq/ Sociedade Civil Mamirauá, 1999. pp. 159-176.

ENGELS, Friedrich. **O problema camponês na França e na Alemanha.** In: **A questão agrária** – org. de José Graziano da Silva e Verena Stolcke – trad. de Edgard Afonso Malagodi, Sandra Brizolla e José Bonifácio de S. Amaral Filho – São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

FERREIRA, Nadja. **Educação socioambiental de jovens e adultos: uma proposta crítico-emancipatória – presencial e a distância** - de formação de professores ferreira. 1996.

FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho and RIVAS, Alexandre Almir Ferreira. **A pesca e os recursos pesqueiros na Amazônia Ocidental.** *Cienc. Cult.* [online]., v. 58, n. 3, 2006. pp. 30-32.

FURTADO, L. G. **Pescadores do Amazonas.** Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia da faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Tese de Doutorado, 1988. 905.

FURTADO, L. G. **"Reservas pesqueiras, uma alternativa de subsistência e de preservação ambiental: reflexões a partir de uma proposta de pescadores do Médio Amazonas"**. Em FURTADO, L., MELLO, F. e LEITÃO, W. (eds.). **Povos das águas: realidade e perspectiva na Amazônia**. MPEG/UFPA, Belém, 1990. pp. 243-276, 292 p.

GADOTTI, Moacir. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2000.

HÉBETTE, Jean. **Aversão ao risco e racionalidade do pequeno produtor**. *Donde se fala?*; 2004. Capítulo; *Cruzando a fronteira: 30 Anos de estudo do campesinato na Amazônia*; EDUFPA; Belém.

JACOBI, Pedro. **Educação e Meio Ambiente-um diálogo em ação**. Reunião Anual da ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. 2004. Caxambu-MG. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/27gt22/
Acesso:08/05/2011

KALIKOSKI, COSWIG, DANIELA; SIMÃO SEIXAS, CRISTIANA; ALMUDI, TIAGO. **GESTÃO COMPARTILHADA ECOMUNITÁRIA DA PESCA NO BRASIL: AVANÇOS E DESAFIOS**. *Ambiente & Sociedade*, Vol. XII, Núm. 1, enero-junio, 2009, pp. 151-171 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade Brasil

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M. **The role of fishers' knowledge in the comanagement of smallscale fisheries in the estuary of Patos Lagoon, Southern Brazil**. In: HAGGAN, N.; NEIS, B.; BAIRD, I. G. (Ed.). **Fishers' knowledge in fisheries science and management**. Paris: UNESCO Publishing, 2007. p. 289-312.

KALIKOSKI, D. C.; VASCONCELLOS, M.; LAVKULICH, M. L. **Fitting institutions and ecosystems: the case of artisanal fisheries management in the Patos lagoon.** *Marine Policy*, v. 26, n. 3, 2002. p. 179-196,

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura- A Territorialização da racionalidade ambiental.** Petrópolis RJ: Vozes Coleção Educação Ambiental. 2009.

LEONHARDT, Creusa Maria Rodrigues. **Caracterização cariotípica de um estoque de tilápia do Nilo, *Oreochromis niloticus*, da Universidade Estadual de Londrina, mediante diversas técnicas de bandamento cromossômico** *Semina: Ciências Agrárias, Londrina*, v. 27, n. 4, 2006. p. 679-684, out./dez.

LIMA, S. L. DA SILVA. **A RESIGNIFICAÇÃO DO MUNDO RURAL FRENTE A REESTRUTURA PRODUTIVA DO CAMPO BRASILEIRO ESTUDOS GEOGRÁFICOS**, Rio Claro, 7(1): 18-41, 2009 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

LOUREIRO, João de Jesus Paes. **Cultura Amazônica: Uma poética do imaginário.** Belém- Pará: CEJUP. 1995.

MARQUES, Marta I. M. Lugar do modo de vida tradicional. In: OLIVEIRA, Arioaldo U.; MARQUES, Marta I. M. (Org.). **O campo no século XXI: território de vida, de luta e de construção da justiça social.** São Paulo: Casa Amarela; Paz e Terra, 2004. p. 145-158.

MARX, Karl. **O Capital: Contribuição à Crítica da Economia Política**, Livro I. São Paulo: Martins Fontes, 1977.

McGRATH, David, Fábio de Castro, Evandro Câmara, Célia Futexma. **Manejo Comunitário de Lagos de Várzea e o Desenvolvimento Sustentável da Pesca na**

Amazônia. Novos Cadernos NAEA, Vol. 1, No 2. 1998.

MELLO, Roque de Barros. **Cultura: Um Conceito Antropológico.** 17ª edição, Rio de Janeiro. RJ. Ed. Zahar. 2004.

MUTH, R. M. **Subsistence and artisanal fisheries policy: an international assessment.** In: Meyer,R.M.; Zhang, C.; Windsor, M.L.; McCay, B.J. ; Husjak, L.J.; Mith, R.M. [eds.] **Fisheries Resource Utilization and Policy. Proceedings of the World Fisheries Congress,** Theme 2, New Dheli: Oxford & IBH Publishing Concluído. Pvt. Ltd., 1996. p.76-82,

PEREIRA, H. S. **Iniciativas de cogestão dos recursos naturais da várzea.** Documentos técnicos. ProVárzea. Manaus, Ibama, 2004. 128p.

OLIVEIRA, B. C. **Tempo de travessia, tempo de recriação: os camponeses na caminhada,** ESTUDOS AVANÇADOS 15 (43), 2001.

PROVARZEA, **A Pesca na região Amazônia.** Coleção cartilha estudos estratégicos. 2005.

PROVÁRZEA, **O setor pesqueiro na Amazônia: análise da situação atual e tendências do desenvolvimento a indústria da pesca.** Projeto Manejo dos Recursos Naturais da Várzea. – Manaus, Ibama. 2007.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** Paris: LITEC, 1980 (Original). São Paulo: Editora Ática, 1993.

RUFFINO, Luis. **Gestão do Uso dos Recursos Pesqueiros na Amazônia.** Manaus: IBAMA. 2005.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Paz e Terra, SP, 1988.

SANTOS, Geraldo Mendes dos and SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. **Sustentabilidade da pesca na Amazônia**. Estud. av. [online]. vol.19, n.54, 2005 pp. 165-182.

SMITH, N. J. H. **Pesca no rio Amazonas**. Manaus, Inpa/ CNPq, 1979. 154 p.

SHANIN, T. **Campesinos y sociedades campesinas**. México, Fondo de Cultura Económica, 1979.

SILVIO, Caccia Bava, (2000). **O terceiro Setor e os Desafios do Estado de São Paulo para o Século XXI**. In: Abong (2000) Ongs, **identidade e desafios atuais**, cadernos da Abong. No. 27, maio. 2000, Editora autores associados, São Paulo (p. 60)

SHANIN, Teodor. **A definição de camponês: conceituações e desconceituações**. Estudos CEBRAP, 26, 1980.

SOUSA, Raniere Garcez Costa; FREITAS, Carlos Edwar de Carvalho; WITKOSKI, Antonio Carlos; BRITO, Marco Antonio de Souza **Mudanças Sociais na Pesca Artesanal: Um Estudo a partir da Pressão Sobre o Estoque de Tambaqui (Colossoma macropomum, Cuvier, 1818) do Lago Grande de Manacapuru (Am)**. IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília - DF – Brasil. 2008.

VAZ, Almeida Florêncio. **Ribeirinhos da Amazônia: Identidade e Magia na Floresta**. Cultura Vozes n 2 Março –Abril.1996.

WOLF, E. **La paysannerie e ses problèmes**. In: **Un domaine contesté: l'anthropologie économique**, Paris, Godelier, M. Moutun Éditeur, 1974.